

Parte Aberta

Educação e escola na antropologia filosófica e política de Gramsci como estratégias para superar as desigualdades sociais

*Maria Leila Alves**

Resumo

Neste artigo, ancorados na teoria gramsciana, procuramos trazer nossa posição em relação aos direitos de cidadania no Brasil, país pertencente à periferia mundial, considerando que as experiências vividas por nosso povo, cujas conquistas legais nas áreas sociais não se têm concretizado na prática, como também as pesquisas na área de humanidades realizadas na América Latina, que discutem essas questões, não são reconhecidas por intelectuais do Primeiro Mundo, que as desconsideram.

Palavras-chave: antropologia política e filosófica, Gramsci, educação, transformação social, cidadania.

Education and School in Gramsci's philosophical and political anthropology as strategies for overcoming social inequalities

Abstract

Based on Gramsci's theory, we bring our position regarding the citizenship rights in Brazil, a country that belongs to the outskirts of the world, since the experiences of our

* Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1969), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1989) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Atualmente é professora titular da Universidade Metodista de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração do Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional, educação, escola pública, pesquisa educacional e formação de professores. Realizou o Pós-Doutorado no Instituto de Artes da Universidade Paulista Julio de Mequita Filho com a supervisão do Prof. Dr. João Cardoso Palma Filho. E-mail: maria.alves@metodista.br

people, whose legal achievements in social areas have failed to materialize in practice, and the researches in the field of Humanities conducted in Latin America, approaching such issues, are not acknowledged by intellectuals of the First World, who disregard them.

Keywords: political and philosophical anthropology, Gramsci, education, social change, citizenship.

La educación y la escuela en la antropología filosófica y política de Gramsci como estrategias para superar las desigualdades sociales

Resumen

Anclados en la teoría gramsciana, tratamos de llevar nuestra posición en relación con los derechos de la ciudadanía en Brasil, un país que pertenece a la periferia del mundo, mientras que las experiencias de nuestro pueblo, cuyos logros jurídicos en el ámbito social no se han materializado en la práctica, así como las investigaciones en las humanidades realizadas en América Latina, que discuten estos temas, no son reconocidas por los intelectuales del Primer Mundo, que no las consideran.

Palabras clave: antropología política y filosófica, Gramsci, educación, transformación social, ciudadanía.

Introdução

O que pretendemos neste artigo¹ é trazer à tona nossa experiência de país que faz parte da periferia mundial, na qual a

¹ O desafio de escrever este artigo veio quando de nossa participação na conferência do Prof. Dr. Andreas Niederberger, professor do Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt, em sua visita à Universidade Metodista de São Paulo, no mês de agosto de 2013, intitulada “Reinventar a cidadania — sobre a conexão entre democracia, direitos e legitimidade em sistemas de múltiplos níveis”. A partir do reconhecimento de que há uma ordem transnacional de múltiplos níveis na sociedade globalizada, que impede pessoas ou governos de alcançarem uma cidadania completa, e que até mesmo contribui para a violação direta de legítimas reivindicações de não cidadãos, o pesquisador traz uma proposta de “cidadania de constelação”, uma forma específica de democracia transnacional. Embora entendendo a importância de sua proposta de instauração da cidadania internacional, isso me fez lembrar a indignação de Milton Santos em uma palestra, da qual participamos, ao declarar que, no Brasil não há, e nunca houve, cidadania, sequer a mais básica, o que nos leva a lançar outro olhar sobre a cidadania em nosso País, fundada na vivência de educadora e de compromisso político com a efetiva democracia que a todos e todas inclui.

maioria do povo sobrevive a duras penas, mesmo reconhecendo como indispensáveis os avanços já conquistados legalmente em quase todas as áreas sociais, considerando, no entanto, que esses avanços não têm garantido os benefícios dos direitos já assegurados na letra da lei. Basta que lembremos que a legislação garante o ensino básico a todos os cidadãos, o que implica uma escolarização efetiva.

Isto porque as barreiras postas pelos dominadores desde o “Descobrimento do Brasil” até o controle que o país atualmente sofre, agora patrocinado por novos protagonistas, levam-nos a viver – parafraseando o título do estudo de Maria José Werebe (1963) sobre a desigualdade do ensino no Brasil – em um país de “grandezas e misérias”.

Nossa história adversa afastou-nos, desde o início, de construir uma sociedade democrática e, como não podia deixar de ser, de estabelecer uma escolarização democrática para o povo brasileiro. Isto fica muito claro quando nos reportamos à forma como os nativos foram caracterizados pelos invasores. De acordo com Rosemberg (2006), o registro histórico – talvez o mais antigo que se tenha no caso brasileiro – do olhar do invasor do Norte “civilizado” sobre o povo “selvagem” do Sul revela-se em uma carta do jesuíta Manoel da Nóbrega a Dom João III, rei de Portugal, escrita em 1512. O religioso interpreta a especificidade meridional como pecado, vício, patologia, anomia, subdesenvolvimento, incompetência, particularidades que devem ser substituídas pelas lições e conselhos setentrionais para que os nativos atinjam a civilização.

Vendo os padres que a gente crescida estava tão arraigada em seus pecados, tão obstinada no mal, tão cevada em comer carne humana, que a isto chamavam verdadeiro manjar, e vendo quão pouco se podia fazer com eles por estarem todos cheios de mulheres, encarniçados em guerras e entregues a seus vícios, que é umas das coisas que mais perturba a razão e tira de seu sentido, resolveram ensinar a seus filhos as coisas de sua salvação para que depois eles ensinassem a seus pais, e assim indo para as aldeias

os juntavam para lhes ensinar a doutrina cristã. (CHAMBOU-LEYRON, 2004, p. 59, apud ROSEMBERG, 2006, p. 49-50)².

Essas ideias sobre o Brasil e sua infância favoreciam e justificavam as intervenções nos destinos de nosso povo, como as iniciativas de educá-lo para tirá-lo da selvageria, como faziam os jesuítas.

Toda a nossa história, depois da chegada dos “colonizadores” até os dias atuais, confirma a intencionalidade dos portugueses de fazer do país, em primeiro lugar, fonte de exploração predatória dos recursos físicos, matérias-primas e outras incontáveis formas de evasão das riquezas naturais e, depois, de constituir-nos em mercado consumidor da produção industrial e tecnológica de países do chamado Primeiro Mundo, razão pela qual sofremos duramente os efeitos da padronização cultural.

Nesse quadro, estamos convictos da debilidade das regras legais sobre os direitos sociais à educação, conforme estudos sobre o tema, dentre os quais referimo-nos a Minto (1996), em que se discute a conquista de nossos direitos expressos pela legislação como a conquista de uma cidadania que só existe virtualmente, e a Mendonça (2000), que questiona a intenção expressa nas leis brasileiras sobre a gestão democrática e a quase inexistente potencialidade que têm essas leis de transformar a realidade educacional.

Afinal, apesar de hoje ocuparmos o sétimo lugar no mundo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – tendo à nossa frente, como é sabido, tão somente os Estados Unidos, a China, o Japão, a Alemanha, a França e o Reino Unido, nessa ordem –, contracenamos em um território no qual estão presentes as mais iníquas desigualdades no que se refere à distribuição dos bens sociais.

² Mesmo tendo utilizado essas contribuições de Rosemberg em outro estudo (ALVES; SANTOS NETO; ALMEIDA, 2010), não poderíamos deixar de trazê-las para o presente artigo, pois estamos nos referindo às formas preconceituosas e desqualificadas de categorizar os povos indígenas, que se organizavam em culturas humanizadas e solidárias, como viriam a mostrar-nos os estudos antropológicos posteriores.

No entanto, entender o tempo e as ações necessárias para construir uma nova hegemonia não nos faz incrédulos das possibilidades de mudança, mesmo convictos de que há um longo e sofrido processo pelo qual temos que passar e que envolve o reconhecimento inalienável sobre a igualdade de direitos, o que implica necessariamente um posicionamento estético. Referindo-se ao processo de globalização nos países periféricos, entendemos que é fundamental considerarmos a experiência estética³.

Posicionamo-nos esteticamente a partir da periferia, onde se encontram ainda vestígios da cultura dos oprimidos, que não pode ser entendida apenas recorrendo-se a uma visão epistemológica. A vivência da dominação nos dá o olhar estético e periférico, compartilhando da leitura dos dominados feita por Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido*. (ALVES; SANTOS NETO; ALMEIDA, 2010, p. 35).

E, dando sequência à discussão sobre o posicionamento assumido, os autores explicitam que não se pretende desprezar a contribuição da abordagem epistemológica, permanecendo apenas no estético, mas o que pretendem é que a experiência seja o ponto de partida que “molhada de vida, favoreça a construção de fundamentos e conceitos gerados não de uma abstração, mas de uma aproximação experiencial da realidade dos processos de globalização” (ALVES; SANTOS NETO; ALMEIDA, 2010, p. 46).

A partir desses posicionamentos, e ancorados na antropologia filosófica e política de Gramsci que os sustenta, temos, junto com outros educadores progressistas, procurado atuar na educação com vistas a construir caminhos para contribuir na superação de nossas profundas desigualdades.

O papel da educação e da escola na transformação social em Gramsci

Alguns estudiosos entendem estar a obra de Gramsci superada, por força de direcionamentos históricos não previstos,

³ Estamos entendendo experiência estética como experiência sensível, sensitiva. Assim, quando nos referimos à experiência estética do processo de globalização nos países periféricos, estamos nos reportando à experiência de quem viveu e vive de perto a realidade cruel do submetido, o que significa ter conhecimento estético da realidade.

depois que o cientista político italiano escreveu seus textos. Não pensamos assim e alinhamo-nos aos que entendem que, dado o contexto histórico em que vivemos, sob a égide da globalização hegemônica, Gramsci acena-nos com estratégias de atuação que nos levam a transformar nossa história.

A antropologia filosófica e política de Gramsci mostra dialeticamente as potencialidades que as forças presentes em sua concepção de Estado Ampliado têm de levar a sociedade civil a uma nova hegemonia.

Ao produzir uma obra teórica marcada pela ideia da centralidade da política na ação humana transformadora, Gramsci realizou uma profunda renovação do materialismo histórico, mas sem abandonar os seus princípios fundamentais, as determinações anteriores de Marx e Lênin sobre as relações sociais e políticas no capitalismo. Priorizou a análise das superestruturas na sociedade capitalista moderna por entender que a grande novidade surgida com o século XX teria sido a proliferação dos movimentos de massa, através do fortalecimento e crescimento dos sindicatos, associações corporativas, partidos políticos, etc. Tais “fatos novos” constituiriam um processo de “socialização da política”, fator que se, por um lado, teria garantido uma maior estabilidade do Estado burguês, por outro, também permitiria a organização da resistência a ele. (COSTA, 2012, p. 1).

Outra manifestação significativa da relevância da obra de Gramsci ocorreu em colóquio na Unesp, campus de Franca, em 1997, na comemoração dos 60 anos do falecimento do pensador italiano. Um grupo de pesquisadores brasileiros de alto nível abordou, de diferentes perspectivas, a vitalidade do pensamento de Gramsci, reconhecendo-o como pensador contemporâneo. Os ensaios de nove desses pesquisadores compuseram a obra Gramsci: a vitalidade de um pensamento (AGGIO, 1998), cuja apresentação foi escrita por Leandro Konder⁴.

⁴ Esse livro, que não pode deixar de ser lido por todos os que se interessam pelo pensamento gramsciano, tem como autores, na ordem em que aparecem seus textos, os renomados cientistas políticos Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Ivette Simionatto, José Antonio Segatto, José Luís B. Beired, Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira, Marcos Del Roio e Milton Lahuerta.

Adentrando essa profícua obra, apenas à guisa de ilustração, uma vez que, conforme enunciado em seu título, o conjunto refere-se à vitalidade do pensamento de Gramsci, podemos ler no artigo “Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci”, de Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, 1998), a afirmação de que, por ser muito vasto o âmbito da atualidade em Gramsci, o autor optara por deter-se em apenas dois aspectos, os quais considerava de extrema importância. Em primeiro lugar, o fato de as reflexões de Gramsci sobre o socialismo ajudarem a compreender as razões do fracasso do modelo imposto nos países que se denominaram comunistas, e como, em decorrência, construiu-se um novo conceito de socialismo. Em segundo lugar, Coutinho ressalta a atualidade de Gramsci na elaboração de uma teoria de democracia:

foi o autor o que mais desenvolveu, no interior do pensamento marxista, uma reflexão criativa e original sobre o tema, reflexões que, de resto, parece-me capaz de fornecer preciosas pistas para superar muitos dos impasses em que se tem debatido até hoje na teoria democrática. (1998, p. 17).

Coutinho continua sua explanação e lembra que, nos Cadernos do Cárcere (1999) Gramsci empreendeu arguta e dura crítica ao modelo de socialismo que estava sendo imposto na União Soviética, revelando abertamente suas divergências com a linha adotada por seu próprio partido. Afirma, no entanto, que:

Essas críticas e discordâncias não autorizam, de modo algum, que se pretenda agora fazer de Gramsci um social-democrata, ou mesmo um liberal reformista, defensor da “regulação do mercado” e da “poliarquia”: ao contrário, ele foi e permaneceu, inclusive em suas críticas, um socialista revolucionário, um comunista. E isso certamente o torna atual para a esquerda, num momento em que muitos intelectuais – até mesmo se dizendo gramscianos – têm capitulado, teórica e praticamente, diante dos preconceitos gerados pela onda neoliberal. (COUTINHO, 1998, p. 19).

A riqueza das interpretações contidas nessa obra leva-nos à convicção de suas potencialidades, destacando-se, dentre estas, o papel da educação e da escola na transformação da sociedade, assim como o papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos na manutenção ou na transformação das relações sociais – potencialidades antes atribuídas, pelas teorias revolucionárias, apenas à sociedade política.

Com efeito, nem sempre nós pensamos dessa forma. Tudo o que estamos afirmando não foi facilmente assumido por boa parte dos militantes da época – e incluímo-nos entre eles, por força da formação marxista-leninista que tivemos, que beirava a ortodoxia. Ler o mundo, incorporando a subjetividade como fator de transformação, considerar a teia das relações humanas como constitutiva de infinitas possibilidades, deixar entrar novos elementos nos poderosos fundamentos do materialismo histórico-dialético, que nos ensinou a desvelar as “verdades aparentes” em que se sustenta a sociedade capitalista liberal – hoje rearranjada no processo de globalização hegemônica –, tudo isso exigiu drásticas rupturas com um ideário já harmonizado, no qual a potencialidade de superação da sociedade capitalista residia dialeticamente em suas próprias contradições. Nem sequer é possível negar que acreditávamos na premissa do “quanto pior melhor”, uma vez que o aguçamento das contradições provocaria movimentos revolucionários.

Muitas vezes, incorporar a sabedoria e a coerência da teoria do Estado Ampliado de Gramsci, seus conceitos de hegemonia e de intelectual orgânico, fazia com que nos sentíssemos desleais aos princípios duramente construídos no nadar contra a corrente das minorias, uma vez que Gramsci chegou para nós ao mesmo tempo em que voltavam ao Brasil nossos intelectuais exilados, muitos dos quais “regenerados” o suficiente para abandonar a causa pela qual haviam sido banidos do Brasil.

As sutilezas da socialdemocracia ou da democracia burguesa – que pode ser identificada como embalagem mistificadora do capitalismo, e que leva à aceitação tácita da desigualdade social e, contraditoriamente, à aceitação de que as alianças precisam existir para os avanços políticos – são “certezas” que periodicamente suscitam dúvidas que retornam para nós, dependendo dos rumos tomados, principalmente, pelas alianças políticas que temos vivenciado.

Os intelectuais orgânicos da classe burguesa têm mantido sua hegemonia desde seu acesso ao poder consolidado no movimento da Revolução Francesa, superando as diversas crises decorrentes das contradições postas pelo modo de produção capitalista, mesmo quando nos parece a todos que as forças da burguesia esgotaram-se e não serão recompostas.

Mas, como o castigo dos deuses a Sísifo na mitologia grega, retomamos a “nossa pedra”, tentando insistentemente levá-la ao topo da montanha. Mesmo sabendo, por experiência, que a pressa histórica não ajuda a construir as condições objetivas para a transformação da sociedade, experimentamos, a cada vez que as contradições do capitalismo aguçam-se, a esperança de que podemos fazer avançar o processo ainda em nosso tempo de vida. Isto porque não é possível ignorar a violência e as atrocidades geradas pelas desigualdades sociais, difíceis de enfrentar, e que nos fazem muitas vezes perder a esperança. Temos lembrado, nessas horas, que educadores desesperançados não têm nada a oferecer às novas gerações, junto às quais exercem a docência, pois um professor que não acredita em possibilidades de transformar o mundo é profundamente incoerente e identifica-se como praticante da “educação bancária”. Um educador progressista entende que todos os seres humanos são capazes de aprender, como ensinou-nos Paulo Freire e, como também experenciamos na relação rica e salutar, não só acadêmica, mas também de vida, que tivemos até há poucos dias, com Elydio dos Santos Neto⁵, em uma troca que nos ajudou a superar boa parte da posição de radicalidade e da pressa histórica que as-

⁵ Elydio está morando no céu desde o início de outubro deste ano de 2013, quando eu terminava este artigo. Com ele se foi a rica e constante interlocução que tínhamos, pois que ele representava um dos meus maiores pontos de referência. Escrevíamos e pesquisávamos juntos desde nossa inserção no Curso de Pós-Graduação em Educação na Universidade Metodista de São Paulo no ano 2000, onde fomos colegas de docência, tendo ele ainda desenvolvido a função de coordenador do Mestrado *stricto* e do *lato sensu*, coordenando também o curso de Pedagogia como diretor da antiga Facel da Universidade Metodista de São Paulo. O último artigo que publicamos juntos foi no ano de 2012, na Revista@ambienteeducação, v. 5 da Unicidade. Além disso, esse nosso querido amigo e afilhado de casamento foi o criador do Grupo de Estudos e Pesquisas Paulo Freire, no qual atuamos juntos desde seu início, em 2004, até o final de setembro deste ano, pois mesmo depois de ter ingressado na Universidade Federal da Paraíba, no ano de 2009, nunca deixou de participar do nosso grupo. Ainda é difícil, ou mesmo impossível, dizer a falta que nos fará. Que esteja em paz.

sumíamos em nosso combate à maldade do mundo capitalista com os dominados.

Considerações quase finais

As razões que elencamos no corpo deste artigo levam-nos a indagar se é possível criar uma cidadania planetária sustentável no sistema de produção capitalista que se ancora na desigualdade social que invade os países periféricos.

Reforçamos nossos argumentos, com a convicção que temos da importância política e acadêmica da pesquisa de doutorado em Filosofia de Danilo Di Manno de Almeida (1999)⁶, com sua tese central, abraçada por nós com entusiasmo, a qual sintetizamos aqui, como a compreendemos. Trata-se da presunção de grande parte dos europeus em colocar sua terra como eixo histórico, econômico, cultural e científico do mundo ocidental, em torno da qual girariam todos os países periféricos colonizados; presunção agravada pelo fato de que esses grupos consideraram, e ainda consideram, que os pesquisadores científicos destes países são inaptos a acrescentar qualquer contribuição que seja ao patrimônio de conhecimentos considerados mundiais, enquanto, de fato, são codificados segundo determinados padrões culturais dominantes.

Acrescentamos ainda, como uma das decorrências da análise da tese de Danilo Almeida, que parte dos acadêmicos europeus tem desqualificado e desmerecido, arrogantemente, não apenas a produção científica, como o todo das culturas dos países periféricos da América Latina.

A soberania da ciência positivista, que fragmenta os conhecimentos sobre o real, isola-os em diferentes nichos, cada um dos quais autointitulado credor da leitura fundamental sobre o mundo; e todos, ou quase todos, separando a teoria da prática, a ética da estética, a razão da emoção, o corpo da alma e, por isso,

⁶ Essa pesquisa (ALMEIDA, 1999) foi realizada na Université de Paris X, Nanterre, sob orientação do filósofo François Laruelle, e foi publicada em francês com o título *Pour une imagination non européenne*. Danilo também nos deixou cedo, em março de 2011, deixando nosso cotidiano no Programa de Pós-Graduação em Educação sem sua crítica instigante, que a tantos e tantas inspirou.

favorecendo com suas pesquisas a manutenção do positivismo exacerbado e os avanços da globalização hegemônica.

É verdade que os exemplos desastrosos dados por muitos de nossos exilados políticos – que, depois de abolida a ditadura militar em nosso país, voltaram para cá, como antes mencionado neste artigo, “regenerados” e portadores, nesse novo momento histórico, de ideologias de matriz socialdemocrata – têm desestabilizado a ordem vigente, além de serem desanimadores para nossa potencialidade política “terceiro-mundista”, uma vez que confirmam, sobretudo, a correlação desigual de forças, encontrando-se a democracia burguesa relativamente estável em nosso país.

No entanto, não foram todos os quadros políticos de esquerda que debandaram para a direita. Há um acúmulo de massa crítica, ainda que pequeno, na esquerda, alimentada por partidos políticos progressistas, por intelectuais da Academia, por lideranças de movimentos de defesa dos direitos da população negra, dos gêneros, das mulheres etc., embora coexistam diferentes tendências dentro desses grupos de contestação.

Retomando a história da queda do socialismo, a luta pela libertação não ocorreu de forma diversa nos anos 1970 na União Soviética, em que pesem alguns períodos menos conturbados pela coerência de lideranças com premissas fundamentais do marxismo-leninismo. Além das investidas constantes da oposição capitalista, em busca de se impor como única forma de organização mundial de produção, circulação e consumo de riquezas, o regime implantado na URSS não transcorreu sem profundas divergências internas, o que contribuiu para acelerar a extinção do socialismo real.

No processo de reunificação das Alemanhas Oriental e Ocidental, a queda do Muro de Berlim foi o grande marco da crise socialista e do colapso da União Soviética, tendo como decorrência o rápido declínio dos regimes comunistas. A dissolução do governo centralizado, em 1991, resultou na independência de 15 diferentes repúblicas. Os países socialistas do Leste Europeu abandonaram o socialismo e assumiram o capitalismo e a democracia burguesa. Isso representou o fim do socialismo na Europa e o início do atual período de predomínio neoliberal.

Isto tudo, todavia, não significou o “fim da História”, embora essa tese tenha sido alardeada aos quatro ventos por adeptos radicais do capitalismo, dentre os quais os intelectuais conservadores. Não há arrazoado válido para que se abandone o marxismo histórico-dialético, o qual nos ajuda a desvelar as sutilezas das práticas da socialdemocracia ou da democracia burguesa, identificadas, para nós, como a vestimenta mistificadora do capitalismo que conduz a olhar a desigualdade social como natural.

Em nosso modo de entender, em lugar do “fim da História”, o que se pode aferir, por um lado, é que as classes sociais fundamentais – burguesia e proletariado –, em conflito no momento histórico anterior, sofreram mudanças consideráveis de natureza qualitativa e quantitativa. Por outro lado, há outros atores sociais em cena, o que aponta para novos movimentos que podem gerar as tão necessárias transformações sociais.

Com o advento do neoliberalismo, movimento de recomposição do capitalismo em crise, estamos sempre nos perguntando sobre a validade de aceitar alianças para os avanços políticos. Até que ponto as alianças põem em risco os princípios fundamentais para a superação das desigualdades sociais? É possível avançar na conquista da hegemonia sem alianças? Como competir com os meios de comunicação de massa, que têm atuado com intelectuais orgânicos da burguesia? Essas são ainda questões que nos instigam e que levam estas considerações a serem “quase finais”, embora não haja de nossa parte nenhuma dúvida sobre o poder relativo da educação em contribuir no movimento de transformação social. Também não hesitamos em abraçar a teoria revolucionária de Gramsci, pois ela nos ensina que a revolução social está na luta pela hegemonia de classes, que poderá levar-nos a construir um modelo de sociedade mais justo e mais humano.

Referências

AGGIO, A. (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Edunesp, 1998.

ALMEIDA, D. di M. de. **Philosophie et non philosophie de l'imagination?** 1999. Tese (Doutorado em Filosofia) – Université de Paris X, Nanterre, France.

ALVES, M. L.; SANTOS NETO, E.; ALMEIDA, D. M. Um olhar estético e periférico sobre os processos de globalização hegemônica e sua repercussão na educação. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 13, n. 21, p. 35-49, jan.-jun. 2010.

COSTA, R. Antonio Gramsci e a construção da nova hegemonia. **Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Dinarco Reis**. 13 jun. 2012. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=8:antonio-gramsci-e-a-construcao-da-nova-hegemonia>. Acesso em: out. 2013.

COUTINHO, C. N. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, A. (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Edunesp, 1998. p. 15-36.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. V. 1: *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494p.

MENDONÇA, E. F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas: Faculdade de Economia da Unicamp, 2000.

MINTO, C. A. **Legislação educacional e cidadania virtual nos anos 90**. 1996. 342 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROSEMBERG, F. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: FREITAS, M. C. de. (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

WEREBE, M. J. G. **Grandezas e misérias do ensino brasileiro**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

Submetido em: 27-9-2013

Aceite em: 31-10-2013